

Seminário de 29 de Abril de 2013

“As PME de defesa no contexto de uma nova agenda pós- Conselho Europeu de dezembro de 2013: desafios e oportunidades”

Notas introdutórias do Moderador do Painel 1

I

Depois de um longo interregno de mais de 5 anos, num contexto de austeridade e de contenção orçamental de defesa, em Dezembro passado o Conselho Europeu debruçou-se finalmente sobre uma agenda dedicada à segurança e defesa da Europa, nos domínios (i) de aumento da visibilidade e credibilidade da Política Comum de Segurança e Defesa, (ii) de desenvolvimento das capacidades de defesa e (iii) de reforço da competitividade da base tecnológica e industrial de defesa Europeia.

Neste período de 5-6 anos assistiu-se a uma redução descoordenada de mais de 18% dos orçamentos de defesa, com uma maior incidência nos investimentos em investigação e desenvolvimento e em novos programas de aquisição de equipamento militar, que sofreram um significativa redução da ordem de 24%. Mas o seu efeito negativo multiplicador é ainda mais profundo e preocupante, se considerarmos que a taxa de inflação no setor da defesa é normalmente superior à inflação normal, situando-se em cerca de 7-10% ao ano, o que originará o aumento dos custos de aquisição dos equipamentos militares e portanto caminhar-se progressivamente para um desarmamento estrutural Europeu.

Esta situação, no médio-longo prazo, poderá ter consequências muito sérias e gravosas não só para a garantia da segurança da Europa e dos seus cidadãos, mas sobretudo para a sobrevivência e competitividade da sua base tecnológica e industrial de defesa, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento das futuras tecnologias críticas inovadoras, se entretanto não forem tomadas medidas corretivas essenciais e urgentes.

A manter-se esta situação, como a Europa se encontra em contra-ciclo económico com os países emergentes, nomeadamente os asiáticos, estes países, a prazo, acabarão por ultrapassar a atual vantagem tecnológica da Europa.

II

O acento tónico das conclusões do Conselho Europeu foi posto em 2 ideias-força principais:

- A primeira, é que, não obstante a crise que nos afeta, os assuntos de segurança e defesa continuam a ser fundamentais, devendo merecer a devida atenção por parte dos decisores políticos Europeus. Só assim se poderá evitar que uma crise financeira e económica se transforme numa grave crise de segurança e defesa Europeia, o que seria extremamente grave no actual ambiente de crescente insegurança internacional que nos rodeia, nomeadamente em toda a nossa vizinhança estratégica próxima desde o Sahel e Norte de África, ao Grande Médio Oriente, incluindo a Síria e o Irão, e à Ucrânia;

- A segunda ideia-força, conduz-nos à conclusão, que é também a razão de ser deste Seminário, de que uma Política Comum de Segurança e Defesa forte, sendo indispensável para a autonomia estratégica da Europa, deve assentar em capacidades militares credíveis, o que só é viável com uma base tecnológica e industrial inovadora e competitiva à escala global. Isto pressupõe uma política e uma estratégia concertada de incentivos ao investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico, ao reforço da indústria de defesa e ao lançamento de novos programas de aquisição de equipamentos, mesmo e sobretudo em tempos de austeridade, precisamente porque é preciso pôr a economia a crescer.

Neste contexto, as abordagens cooperativas, sejam elas no formato de pooling & sharing, smart defence, ou simplesmente de cooperação bilateral ou multinacional, são essenciais porque os recursos são escassos e as necessidades capacitárias são muitíssimas e extremamente caras.

É muito importante salientar que, num contexto de crise económica e contenção orçamental, o Conselho Europeu tenha precisamente reconhecido que o sector da defesa, sobretudo as PME, pelas suas características específicas, constitui um pilar fundamental da economia em geral, gerando emprego altamente qualificado, inovação tecnológica e crescimento económico.

De facto, na Europa as PME são, na sua grande maioria, responsáveis pelas atividades de investigação, desenvolvimento e tecnologia de defesa associadas à produção de capacidades militares.

Os números falam por si, pois na Europa, em 2012 e em plena crise financeira e económica, o setor industrial de defesa foi responsável por um volume de negócios da ordem de € 96 mil milhões e por assegurar 400.000 empregos diretos altamente qualificados e ainda cerca de 1 milhão de empregos indiretos, com elevada incidência em “clusters tecnológicos” regionais.

Acresce ainda que o efeito multiplicador do setor da defesa no PIB é bastante superior ao verificado em outras atividades económicas. É por isso que determinados países estão a apostar decisivamente no investimento em novos programas de modernização e reequipamento de médio-longo prazo das suas forças armadas, como é o caso do

Reino Unido, que planeia despende mais de €200 mil milhões nos próximos 10 anos. É portanto altamente desejável que o planeamento estratégico em Portugal inclua também o setor de defesa!

A chamada economia da defesa desenvolve-se em setores cruciais e estratégicos, tais como a energia, as tecnologias de informação e comunicação, a nanotecnologia e a robótica (nomeadamente UAVs e robótica marinha), a biotecnologia, as tecnologias dos materiais e do carbono, e a aeronáutica, o espaço e o ciberespaço, só para citar alguns.

Estes setores, por terem uma natureza eminentemente dual, podem servir simultaneamente objetivos e propósitos civis e militares, gerando assim sinergias e possibilitando economias de escala, o que tem um grande valor e impacto económico, nomeadamente para estimular a investigação tecnológica de duplo-uso.

Felizmente, na grande maioria destes setores, Portugal já dispõe de inúmeras PME com know-how inovador e competências tecnológicas de duplo-uso, que poderão facilitar a sua integração em consórcios internacionais e explorar as “janelas de oportunidade” criadas pelo Conselho Europeu de dezembro de 2013. Estas “janelas de oportunidade” dizem respeito a projetos de duplo-uso de segurança e defesa, dentro do conceito muito querido para a Comissão Europeia designado por “close-to-the-market project research”, com recurso aos vários incentivos, mecanismos e instrumentos de apoio financeiro disponibilizados pela UE, tais como o Horizonte 2020 e os Fundos Estruturais Europeus, como por exemplo o Programa COSME (Programme for the Competitiveness of Enterprises and SME). No entanto tardam os programas mobilizadores nacionais, tais como uma nova Lei de Programação Militar!

É portanto de grande interesse para as PME o acesso à informação e às oportunidades de negócio nos mercados de defesa Europeus, nomeadamente através da implementação do novo conceito de subcontratação, tal como definido na Diretiva Europeia de Aquisições de Segurança e Defesa (Diretiva 2009/81), entretanto transcrita para o normativo jurídico nacional através do DL 104, de 6 de Outubro de 2011.

III

Um outro aspeto não menos relevante desta complexa problemática, tem a ver com a dificuldade de criação de um genuíno mercado interno de defesa, para promoção de uma indústria de defesa mais forte e competitiva, pois sem mercado de defesa não há indústria nem base tecnológica e sem isso a Europa não poderá garantir a desejada autonomia estratégica.

Devido ao carácter intergovernamental do setor da defesa e à desajustada noção do conceito de soberania por parte de alguns Estados Membros, os mercados de defesa

Europeus estão ainda muito fragmentados e “protegidos” nacionalmente, tanto do lado da oferta como do lado da procura. Isto origina duplicações, redundâncias e ineficiências, não encoraja e não promove a tão necessária cooperação multinacional, não estimula a melhoria da competitividade e não facilita o acesso das PME a esses mercados “fechados”.

No que respeita à constante “luta” pela competitividade das indústrias de defesa Europeias, face à ainda exagerada fragmentação dos mercados nacionais de defesa e à ausência de uma política integrada de certificação e standardização, estudo recente da Agência Europeia de Defesa, relativamente a importantes programas cooperativos Europeus tais como o EuroFighter, o A-400M e o NH-90, apontam no sentido de que o tempo médio e o custo de desenvolvimento de um novo sistema de armas poderiam ser substancialmente reduzidos, respetivamente da ordem de 50% e 20%, se houvesse pelo menos uma harmonização das legislações nacionais sobre certificação de aeronavegabilidade. Se a isto juntarmos ainda a eventual possibilidade de se conseguir uma convergência dos planeamentos de defesa e uma harmonização dos requisitos operacionais e técnicos, então poderíamos ter condições objetivas para obter economias de escala muito significativas e ser muito mais competitivos.

V

É aqui que, na sequência da implementação do mandado do Conselho Europeu, as instituições Europeias como a Comissão Europeia, o Serviço Europeu de Ação Externa e a Agência Europeia de Defesa, conjuntamente com os Estados Membros e as suas respetivas bases tecnológicas e industriais, e com o apoio inestimável da prestigiada e influente Associação Aeroespacial e de Defesa Europeia, têm um papel importantíssimo a desempenhar.